Leis



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA



CNPJ: 13.781.828/0001-76

Lei Municipal nº 329/2025, de 19 de maio de 2025.

Dispõe sobre a criação do Programa "Farmácia Solidária" no município de Ibitiara/BA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBITIARA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 1º**. Fica instituído, no município de Ibitiara/BA, o Programa "Farmácia Solidária", com o objetivo de arrecadar e redistribuir medicamentos em condições adequadas de uso para famílias em situação de vulnerabilidade social.
- **Art. 2º.** O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo contar com parcerias de entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil para a execução das atividades.

CAPÍTULO II – DA DOAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

- **Art. 3º**. Poderão ser doados ao Programa "Farmácia Solidária" medicamentos que atendam aos seguintes critérios:
 - I Estarem dentro do prazo de validade;
- II Estarem com a embalagem original e íntegra, sem indícios de violação ou adulteração;



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA



CNPJ: 13.781.828/0001-76

- III Terem sido armazenados corretamente, conforme recomendações da bula e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
 - Art. 4º. Poderão realizar doações:
 - I Pessoas físicas;
 - II Farmácias e drogarias;
 - III Clínicas médicas e odontológicas;
 - IV Hospitais públicos e privados;
 - V Indústrias farmacêuticas;
- VI Outras entidades que possuam medicamentos excedentes e que atendam aos critérios desta Lei.
- **Art. 5º.** Os medicamentos arrecadados serão disponibilizados gratuitamente para a população em situação de vulnerabilidade, desde que atendam aos seguintes requisitos:
 - I Apresentação de receita médica válida;
- II Cadastro no Programa "Farmácia Solidária", realizado pela Secretaria
 Municipal de Saúde;
- III Comprovação da condição socioeconômica, conforme critérios estabelecidos pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

- Art. 6º. O Programa "Farmácia Solidária" funcionará nos seguintes locais:
- I Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Ibitiara;
- II Farmácias públicas municipais;
- III Postos de arrecadação designados pela Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA



CNPJ: 13.781.828/0001-76

- Art. 7º. A Secretaria Municipal de Saúde de Ibitiara será responsável por:
- I Arrecadar, armazenar e distribuir os medicamentos conforme os critérios sanitários vigentes;
 - II Realizar triagem e controle de qualidade dos medicamentos doados;
 - III Criar campanhas de conscientização e incentivo às doações;
 - IV Prestar contas periodicamente sobre o funcionamento do programa.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 8º.** O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei por meio de Decreto, estabelecendo normas complementares para a execução do Programa "Farmácia Solidária".
- Art. 9º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo contar com parcerias e convênios com entidades públicas e privadas.
- **Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibitiara/BA, em 19 de maio de 2025.

WILSON DOS SANTOS SOUZA Prefeito



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA



CNPJ: 13.781.828/0001-76

Lei Municipal nº 328/2025, de 19 de maio de 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes políticos e servidores públicos no âmbito do Poder Executivo do Município de Ibitiara, como se indica, e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBITIARA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1°. Os agentes políticos e os servidores públicos municipais que, em caráter eventual, transitório e em razão de serviço, cargo e função, se deslocarem da sede onde têm exercício para outro ponto do território estadual, ou do restante do território nacional, farão jus, além do transporte, à percepção de diárias para atender às despesas com hospedagem, alimentação e outras, em conformidade com as disposições desta Lei.
- § 1º. Entende-se por sede a localidade onde o servidor público municipal ou agente político desempenha suas atribuições do cargo que ocupa, na área geográfica do município.
- § 2º. A percepção de diárias não é cumulativa com a concessão de qualquer outra vantagem prevista em Lei.
- §3º. O disposto neste artigo não se aplica ao servidor público ou ao agente político cujo deslocamento objetivar a mudança da sede do seu exercício ou não acarretar despesas com alimentação e hospedagem.
- Art. 2°. Os valores das diárias para atender às despesas com deslocamento, no âmbito do Poder Executivo, são escalonados de